

**INEPAR EQUIPAMENTOS E
MONTAGENS S.A. - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Períodos findo em 31 de dezembro de 2018 e
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do auditor independente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2018

Senhores Acionistas.

A Administração da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018,

Mensagem da Administração e a Recuperação Judicial

Apesar de toda história vitoriosa do Grupo Inepar e a nossa comprovada capacidade técnica, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Após o pedido de recuperação judicial, o Grupo Inepar vem operando em um nível aquém de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e por estar sob o regime de Recuperação Judicial ("RJ") o que prejudica fortemente a Empresa em fechar novos contratos de vendas.

No momento a Empresa está empenhada em liquidar os passivos ainda pendentes para solicitar a sua saída da Recuperação Judicial.

Os investimentos em infraestrutura recuaram e atingiram em 2018 apenas 1,1% do PIB, patamar muito pequeno diante das carências do país. Fornecedores de bens e serviços, como equipamentos e construção, registram capacidade ociosa relevante.

No início do ano, os analistas esperavam um crescimento do PIB próximo de aproximadamente 3%. No entanto, ao longo de 2018, as expectativas foram sendo gradativamente reduzidas.

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2018**

As expectativas foram piorando com a economia mostrando um ritmo mais fraco do que o esperado, sobretudo, pela incerteza com o futuro político do país e qual seria a agenda econômica adotada pelo novo governo.

Para 2019, com a inflação sob controle e a taxa de juros mais baixa, a economia brasileira deverá apresentar uma ligeira recuperação. As estimativas apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer aproximadamente 2,5% em 2019, o que poderá gerar novas oportunidades de negócios.

No curso do processo de recuperação judicial do Grupo Inepar, diversas monetizações foram implementadas e que foram fundamentais para as Empresas do Grupo emergir da RJ ao (i) regularizar seus passivos trabalhistas (concurtais e extraconcurtais) e (ii) alcançar quase que a totalidade das obrigações do Plano de Recuperação Judicial, firmando, assim, as bases para uma retomada operacional a níveis satisfatórios e sustentáveis.

O Grupo Inepar também efetuou ampla reestruturação financeira que possibilitou a quitação de grande parte das suas dívidas.

Abaixo relacionamos alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:

Aprovação do plano com mais de 90% do quórum de credores, sendo que houve aprovação de 99,3% dos credores classificados na classe 1.

Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações ordinárias da Controladora ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Pagamentos expressivos de obrigações trabalhistas, tanto dos passivos do plano de recuperação judicial como das obrigações correntes.

Liquidação superior a 90% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

A homologação do Plano de Recuperação permitiu a estabilização da estrutura de capital da Inepar, pois somente com a emissão de novas ações da Controladora e de debêntures perpétuas conversíveis em integralização por

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2018**

créditos quirografários, apresentou uma redução de mais R\$ 1.6 bilhão em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira.

Efetuamos a reclassificação contábil para o patrimônio líquido dos créditos que não mais representam passivos para o Grupo Inepar, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos e contábeis, e que serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas, e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 244 milhões.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

O Grupo Inepar continuam se dedicando à aplicação das ações previstas no Plano de Recuperação Judicial, onde alcançamos significativos resultados com a redução do endividamento junto às empresas e funcionários e também redução nas obrigações tributárias. Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo INEPAR desenvolveu diversas ações para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando a adequação do fluxo de caixa a saber:

- Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. Esta adesão ao Refis permitiu uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foram utilizados os créditos fiscais transferidos pela Andritz Hydro Inepar.

A empresa está finalizando em 2019 uma revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base na súmula vinculante nº 08 e outras oportunidades em aplicação.

- Venda da participação acionária no capital da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S/A. Esta alienação gerou recursos necessários para os pagamentos das dívidas junto aos credores e também aos funcionários, além da garantia do recebimento de energia elétrica para utilização na fábrica de Araraquara até 2019.

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2018**

- Venda pela Controladora da participação acionária no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. Esta alienação permitiu recursos através de créditos fiscais para a liquidação do valor de até 20% sobre os débitos fiscais necessários para a adesão ao programa Refis.

- Venda pela Controladora ao BNDES pelo valor de R\$ 151,7 milhões da participação acionária no capital da Energisa Mato Grosso S/A, através de leilão judicial. Os recursos desta alienação foram utilizados para abater parte da nossa dívida junto ao BNDES e também para propiciar um perdão do saldo restante deste contrato.

- Assinatura de acordos como por exemplo com a Gerdau S/A, por conta da venda das ações da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, realizada em 2002. Com os recursos obtidos, a Inepar efetuou prioritariamente os pagamentos dos salários dos funcionários ativos, bem como daqueles relacionados no Plano de Recuperação Judicial.

- Venda pela Controladora da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A. Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar.

- Venda pela Controladora da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S/A.

- Venda pela Controladora e demais empresas para a Andritz Hydro de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21 de maio de 2018, foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidrogeração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio industrial.

O preço da venda desta UPI foi de R\$ 115 milhões.

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2018

O percentual de 49% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, foram utilizados para pagamento das debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial.

O percentual de 51% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara, foram utilizados para pagamento das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informada teve como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

Estas monetizações de ativos "non-core" como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

A empresa continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

A Administração continua engajada e confiante na conclusão do plano de alienação de "ativos non-core" e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização.

É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

No curto prazo, o Grupo Inepar está empenhado em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2018**

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a Controladora, através das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois, neste período de recuperação judicial, efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

Além do esforço comercial com a readequação de custos e de sua competitividade, o Grupo Inepar possui “ativos non-core” que devem ser vendidos, já em negociação, que podem render saldos de fluxo de caixa para a empresa.

Com o objetivo de manter a continuidade das empresas do Grupo Inepar com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas e do imóvel de Macaé.

Alienação da UPI IPM e UPI IOG, conforme Fatos Relevantes divulgados em 23/07/2018, 22/02/2019 e 25/04/2019 pela Inepar S/A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em conformidade com o § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e a Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, em que a Companhia vem mantendo tratativas com a GEOTERRA EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES S.A. (“GEOTERRA”) que representa interesses de um conjunto de empresas da República de Belarus, Rússia, China e Alemanha, para a compra das UPIs citadas.

A empresa está finalizando as providências necessárias para a 3º emissão das debentures perpétuas conversíveis em ações ordinárias, visando a liquidação de diversos passivos que já se tornaram incontroversos.

Instauração de arbitragem contra a Petrobrás, visando o ressarcimento dos valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato assinado com a TUPY-BV e PNBV.

Todas as ações acima mencionadas irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa, visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação Judicial.

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 02.258.422/0001-97**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31/12/2018 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela RSM Brasil Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.



**Inepar Equipamentos e Montagens S.A.-
Em Recuperação Judicial**

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017



Inepar Equipamentos e Montagens S.A.- Em Recuperação Judicial

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Acionistas e Administradores da

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inepar Equipamentos e Montagens S.A.- Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar Equipamentos e Montagens S.A.- Em Recuperação Judicial, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional da Companhia e de sua Controladora

A Companhia possui a receber em 31/12/2018 a cifra de R\$201.995 mil da Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções- Em recuperação judicial (RJ), que apresenta incerteza significativa quanto à sua continuidade operacional. De fato, a Companhia e a Controladora se encontram em RJ desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas as Companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios e da sua Controladora, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Porém, destaca-se que essa Controladora apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas, em 31/12/2018, prejuízo no exercício corrente de R\$311.886 mil, passivo a descoberto de R\$1.545.570 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$1.589.641 mil. Ademais, as diretrizes de curto prazo dessa Controladora traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram completamente até a presente data. A efetiva execução do plano de RJ aprovado e retomada de suas atividades após a saída da mesma definirão a perspectiva de a Companhia e de sua Controladora fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações. O nosso relatório não está modificado quanto a esse assunto.

4. Ênfase (Incerteza sobre a prescrição de contingências tributárias passivas)

(i) Consoante descrito na Nota Explicativa nº 13, a Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e que no entendimento dos seus advogados externos estão prescritos, apoiados na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977, reduzindo os prazos de prescrição e decadência das contribuições previdenciárias de 10 (dez) para 5 (cinco) anos, conforme já disciplinava o Código Tributário Nacional, trazendo benefícios aos contribuintes previdenciários e na Portaria 33 da PGFN. O nosso relatório não está modificado quanto a esse assunto.

5. Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as mesmas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

(i) Análise da nossa auditoria executada na Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções e o impacto no Contas receber dessa Controlada na Companhia - Efetuamos a referida análise com vistas a verificar o impacto no nosso relatório de auditoria na Companhia para 31/12/2018, tomando-se em conta que o saldo a receber da mesma é altamente relevante nessa data.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto- baseado nessa análise detalhada, verificamos quais os impactos que estavam presentes nas demonstrações financeiras dessa Controladora na Companhia, e trouxemos o item 2 (i) como acima mencionado, como item base para nossa opinião com modificação nas demonstrações financeiras da Companhia de 31/12/2018.

(ii) Contingências passivas- A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e compreendem principalmente demandas de natureza trabalhista, tributária e civil. Tomando-se em conta ao grau significativo de imprecisão inerente às avaliações de mérito das causas judiciais pelos assessores jurídicos e valoração das estimativas, torna-se um assunto altamente relevante de auditoria.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto- Analisamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos contratados pela Companhia, por nós circularizados para 31 de dezembro de 2018 e avaliação das premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias, requeridas nos termos do pronunciamento técnico-contábil CPC-25. A Companhia, para cumprimento do citado CPC-25, apoiou-se, ainda na Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977.

6. Outros assuntos

(i) Demonstração do valor adicionado- A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(ii) Auditoria do exercício anterior findo em 31/12/2017 (relatório de auditoria por nós emitido em 21/06/2018)- Essas demonstrações financeiras foram por nós auditadas, a qual não contém modificações e possui dois parágrafos de ênfase semelhantes ao contido nos itens 3 e 4 acima descritos; e

7. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

8. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e de suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

9. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

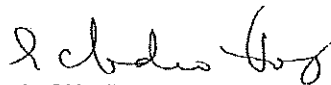
Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de junho de 2019.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Cláudio Fontes".

Luiz Cláudio Fontes

Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "T" PR "S" – SP

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

A small version of the RSM logo, consisting of the stylized graphic above the letters "RSM".

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		142	130
Contas a receber de clientes	7	3	66
Créditos de impostos	8	1.481	1.663
Outros créditos		250	-
Total do Ativo Circulante		1.876	1.859
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas	14.1	212.482	201.995
Créditos de impostos	8	8.118	12.241
Depósitos judiciais		1.300	1.300
Imobilizado	10	16.476	30.405
Total do Ativo Não Circulante		238.376	245.941
Total do Ativo		240.252	247.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores		71	80
Salários e encargos sociais		505	524
Impostos e contribuições a recolher	11	22.576	17.389
Outras contas a pagar		1.465	1.308
Total do Passivo Circulante		24.617	19.301
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Impostos e contribuições a recolher	11	34.583	37.032
Partes relacionadas	14.1	-	203
Impostos diferidos	12	6.225	10.348
Provisões para contingências	13	69.255	41.324
Total do Passivo Não Circulante		110.063	88.907
Patrimônio Líquido			
Capital social	15 (a)	191.423	191.423
Prejuízos Acumulados		(520.493)	(494.846)
Ajuste de avaliação patrimonial		434.642	443.015
Total do Patrimônio Líquido		105.572	139.592
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		240.252	247.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
 C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita Operacional Líquida	16	-	2.132
Custos dos produtos e serviços		-	(1.876)
Lucro Bruto		-	256
Receitas [Despesas] Operacionais		(31.277)	(35.282)
Administrativas e gerais		(882)	(937)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(30.395)	(34.345)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(31.277)	(35.026)
Despesas financeiras	18	(2.761)	(3.200)
Receitas financeiras	18	18	7
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		(34.020)	(38.219)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		-	49
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		-	(49)
Resultado das Operações Continuadas		<u>(34.020)</u>	<u>(38.219)</u>
Resultado do exercício		<u>(34.020)</u>	<u>(38.219)</u>
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício		246.385.991	246.385.991
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício		<u>68.034.745</u>	<u>66.034.745</u>
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(29,84)	(119,80)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		(32,81)	(131,78)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F. - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes		Patrimônio Líquido Total
			Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial	
Em 31 de dezembro de 2016	191.423	(458.216)	21.004	423.600	177.811
Resultado do Exercício		(38.219)			(38.219)
Outros Resultados Abrangentes					-
Resultado Abrangente Total					(38.219)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		1.589	(1.589)		-
Em 31 de dezembro de 2017	191.423	(494.846)	19.415	423.600	139.592
Resultado do Exercício		(34.020)			(34.020)
Outros Resultados Abrangentes					-
Resultado Abrangente Total					(34.020)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		8.373	(8.373)		-
Em 31 de dezembro de 2018	191.423	(520.493)	11.042	423.600	105.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido do Exercício	<u>(34.020)</u>	<u>(38.219)</u>
Ganho na conversão de debêntures perpétuas	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(34.020)</u>	<u>(38.219)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	(34.020)	(38.219)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	2.020	2.063
Alienação de permanente	11.909	293
Provisões (Reversões)	27.931	33.275
Resultado do exercício ajustado	<u>7.840</u>	<u>(2.588)</u>
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber de clientes	63	(51)
Créditos de impostos	4.305	2.204
Depósitos judiciais	-	292
Outros créditos	(250)	-
	<u>4.118</u>	<u>2.445</u>
Aumento no passivo		
Fornecedores	(9)	(4)
Salários e encargos sociais	(19)	108
Impostos e contribuições a recolher	2.738	3.018
Impostos diferidos	(4.123)	(1.339)
Outras contas a pagar	157	182
	<u>(1.256)</u>	<u>1.965</u>
CAIXA (GERADO) CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>10.702</u>	<u>1.822</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Operações de mútuos com empresas ligadas	(10.487)	-
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(10.487)</u>	<u>-</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações de mútuos com empresas ligadas	(203)	(1.820)
CAIXA (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(203)</u>	<u>(1.820)</u>
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>12</u>	<u>2</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	130	128
Saldo final do caixa e equivalentes	<u>142</u>	<u>130</u>
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>12</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITAS	(28.280)	(30.963)
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	1.614
Perdas no recebimento de crédito	553	398
Outras Receitas / Despesas	(28.833)	(32.975)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(721)	(1.802)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(721)	(1.802)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(29.001)	(32.766)
Depreciação e Amortização	(2.020)	(2.064)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(31.021)	(34.829)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	18	7
Receitas Financeiras	18	7
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(31.003)	(34.822)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL	60	-
Salários e encargos	60	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	196	197
Federais	196	197
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	2.761	3.200
Juros	2.761	3.200
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(34.020)	(38.219)
Prejuízo do Exercício	(34.020)	(38.219)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(31.003)	(34.822)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

A INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - em Recuperação Judicial é uma Companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. Nº 02.258.422/0001-97, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 353.003.536-84, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto. 1101, 11º andar, parte D, centro, CEP. 80.410-180.

A Companhia, constituída em 31 de outubro de 1997, tem como atividade preponderante à fabricação e fornecimento de bens de capital sob encomenda, sistemas em regime “Turn-Key” (Pacotes), fabricação de equipamentos pesados, construção, montagem, modernização e manutenção de plantas industriais e de processos e, a fabricação e montagem de estruturas metálicas. Desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, na qual participa em 25,4 % do seu capital.

Nota 2 - Processo global da reestruturação e recuperação judicial

Em 29/08/2014, a Inepar S/A Indústria-e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar Equipamentos e Montagens S/A e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24/11/2014.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado no prazo determinado.

Em 13/05/2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21/05/2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 21/07/2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14/10/2015, 15/10/2015, 25/11/2015 e em 28/12/2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

Os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures foram refletidos nas demonstrações financeiras de 31/12/2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Destacamos ainda, que a Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções realizou as AGE's nºs 84º e 85º, em 25/11/2015 e 28/12/2015, respectivamente, onde foram autorizadas as 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$247.861 e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$163.592.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou à Companhia aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

A Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções, vem cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da IESA no capital da THSA-Infraestrutura S.A.;
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.;

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Venda da participação acionária da controladora Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE;
- Alienação da participação acionária da Penta no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.);
- Alienação da Inepar Capacitores S.A; e
- Venda dos para a Andritz Hydro dos ativos da UPI de Hidrogeração.

Estas monetizações de ativos “non-core” como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Com o objetivo de manter a continuidade das empresas com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a Companhia irá participar a administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, do imóvel de Macaé; e
- Alienação dos ativos (máquinas e imóvel) que compõem a UPI IPM de Araraquara e que não foram alienados para a Andritz.

Conforme fato relevante publicado pela Controladora Inepar S/A Indústria e Construções em 24/05/2018, ocorreu o leilão da UPI que compreende os ativos de Hidrogeração e os mesmos foram arrematados pela Andritz Hydro e compreenderam os seguintes ativos:

- 1) Parcela da UPI IPM que compreendeu apenas os ativos relativos à hidrogeração, e que foram descritos no edital do leilão; e
- 2) Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados.

Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria, sendo alienado a Andritz, aproximadamente 33% do total do imóvel.

De acordo com a proposta apresentada pela Andritz Hydro Ltda., o preço de aquisição proposto para a UPI IPM foi de R\$115 milhões.

O percentual de 49% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidrogeração, foi utilizado para pagamento das Debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O percentual de 51% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidrogeração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara foram utilizados para pagamentos das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informada teve como objetivo utilização dos recursos para viabilizar a saída da Companhia do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

Instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Fechamentos de acordos com bancos, visando a liquidação dos passivos, sendo parte de pagamentos em reais e parte em bens (imóvel de Magé).

A Companhia está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da recuperação judicial.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Nota 3 – Bases de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 26 de junho de 2019.

Nota 4 – Resumo das principais práticas contábeis adotadas

4.1. Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

4.2. Compensações entre Contas

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 4 – Resumo das principais práticas contábeis adotadas

4.1. Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

4.2. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

4.3. Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

4.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

4.5. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.6. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para “impairment” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

4.7. Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Companhia, o investimento em sociedade coligada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

4.8. Imobilizado

A Companhia, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a avaliação pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em tributos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

4.9. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

4.10. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

4.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor for estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

4.13. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

4.14. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho; e
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando ou à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 15, a Companhia efetuou os estudos sobre a aplicação desta norma e constatou que não houve impactos em lucros acumulados.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

4.15. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

4.16. Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas

para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) “*Impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

4.17. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia

CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia realizou avaliações por meio de verificação do modelo de negócios adotado para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecida pela IAS 39/CPC 38.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

CPC 47/IFRS 15- Receita de contratos com cliente

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1/01/2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato; e

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

4.18. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foi aprovada e emitida nova norma pelo IASB e CPC, a qual ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia.

(i) CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração avaliou a impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não constatou efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Instrumentos financeiros

a) **Considerações gerais** - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto,

quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) **Valor de mercado** - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito.

Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Nota 6 – Instrumentos financeiros por categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19/11/2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17/12/2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31/12/17	Avaliados ao custo			Passivos financeiros em 31/12/17	Avaliados ao custo	
	Avaliados ao VJR	amortizado	Total		amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	130	-	130	Fornecedores	80	80
Contas a receber	-	66	66	Outras contas a pagar	1.308	1.308
Total circulante	130	66	196	Total circulante	1.388	1.388
Total geral	130	66	196	Total geral	1.388	1.388

Ativos financeiros em 31/12/18	Avaliados ao custo			Passivos financeiros em 31/12/18	Avaliados ao custo	
	Avaliados ao VJR	amortizado	Total		amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	142	-	142	Fornecedores	71	71
Contas a receber	-	3	3	Outras contas a pagar	1.465	1.465
Total Circulante	142	3	145	Total Circulante	1.536	1.536
Total geral	142	3	145	Total geral	1.536	1.536

Nota 7 – Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber de Clientes Interno	8.053	8.669
PCLD (Provisão para Perdas)	(8.050)	(8.603)
Contas a Receber de Clientes	3	66

Os valores contabilizados em PCLD são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 8 – Créditos de impostos

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ/CSLL Diferidos s/diferenças temporárias (nota 12)	6.227	10.348
ICMS a recuperar	304	304
IPi a recuperar	200	200
PIS/COFINS a compensar – Lei 10.833/03	848	1.032
Saldo negativo de IRPJ/CSLL anos anteriores	116	120
Adiantamentos sobre parcelamentos (a)	1.893	1.892
Prov. IRRF s/ aplicações financeiras	11	8
Total geral	9.599	13.904
Circulante	1.481	1.663
Não circulante	8.118	12.241
Total geral	9.599	13.904

(a) Refere-se aos pagamentos efetuados para a Receita Federal do Brasil e ainda não foram utilizados para liquidação de diversos débitos.

Nota 9 – Investimentos

O saldo de investimentos em 31/12/2018 encontra-se zerado em virtude da sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial na qual detém 25,4% de participação, apresentar “passivo a descoberto” na mesma data.

Na sociedade controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, foi constituída provisão para passivo à descoberto da investida IESA – Projetos Equipamentos e Montagens S/A, haja vista que, indiretamente, possui 100% de participação no capital da investida.

Nota 10 – Imobilizado

	Náquinas Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Taxas anuais de depreciação	10, 15 e 20%	10%	
Em 31 /12/2017			
Custo	67.034	1.295	68.329
Depreciação Acumulada	(36.629)	(1.295)	(37.924)
Valor contábil líquido	30.405	-	30.405
Baixas de custo	(29.400)	(358)	(29.758)
Depreciação	(2.020)	-	(2.020)
Baixas da Depreciação	17.491	358	17.849
Saldo Final	16.476	-	16.476
Em 31/12/2018			
Custo	37.634	937	38.571
Depreciação Acumulada	(21.158)	(937)	(22.095)
Valor contábil líquido	16.476	-	16.476

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais bens patrimoniais da Companhia como: instalações, equipamentos e máquinas industriais estão locados para a coligada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.- Em Recuperação Judicial, em função da transferência das atividades operacionais e mercadológicas ocorrida desde 2004.

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/2009, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por Empresa especializada.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos imobilizados e outros ativos não circulantes, sendo que não foram identificadas perdas por "impairment".

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas.

Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes; e
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor residual e a vida útil dos ativos e métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste período a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Nota 11 – Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	15.637	15.123
INSS e Senai a recolher (b)	2.957	2.861
Parcelamento Especial Lei 12.996/14 (c)	34.431	33.166
Impostos e Contribuições - aguardando consolidação (d)	-	-
ICMS a recolher	2.344	1.577
ISS a recolher	1.790	1.694
Total geral	<u>57.159</u>	<u>54.421</u>
Circulante	22.576	17.389
Não circulante	34.583	37.032
Total geral	<u>57.159</u>	<u>54.421</u>

- a) Refere-se ao saldo remanescente do parcelamento solicitado através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da RFB. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos nos parcelamentos da Lei nº 12.996 de 18/06/2014.
- b) Refere-se principalmente ao parcelamento das obrigações devidas ao SENAI, cujos valores foram parcelados em 180 parcelas mensais. Atualmente, o parcelamento encontra-se suspenso.
- c) Em 25/08/2014, a Companhia, com base na Lei nº 12.996 de 18/06/2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto à Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.
- d) Partes dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 de 09/10/2013, foram indicados nos parcelamentos na Lei nº 12.996 de 18/06/2014.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a Companhia, por questões financeiras, não apresentou em agosto de 2014 os recolhimentos das antecipações.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para quitação das antecipações de 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27/07/2015 a Controladora Inepar S/A Indústria e Construções obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

Nota 12 – Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida em que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período é a seguinte:

Movimentação Líquida Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos		
	Diferenças Temporárias	Total	Revisão de Vida Útil	Custo Atribuído	Total
Em 31/12/2017	10.348	10.348	1.625	8.723	10.348
Baixa dos Tributos	(4.123)	(4.123)	(71)	(4.052)	(4.123)
Em 31/12/2018	6.225	6.225	1.554	4.671	6.225

Nota 13 – Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais, tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018		31/12/2017	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	250	2.411	250	2.546
Tributárias	45.128	64.149	57.865	36.995
Cíveis	-	2.166	611	1.248
Outros	-	529	-	535
Total	45.378	69.255	58.726	41.324

Para os processos cujas perdas foram consideradas como prováveis a administração registrou em conta de provisão considerando o montante estimado de perda e para as perdas possíveis estamos apenas divulgando os valores envolvidos.

Trabalhistas – reclamationárias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios.

Tributárias – constituídas por processos da área federal (PIS, COFINS e INSS), Estadual (ICMS) e Municipal (ISS).

A Companhia contratou consultores fiscais especializados e os mesmos estão concluindo os trabalhos para a redução das dívidas tributárias, através de análise de valores com prescrição de acordo com a súmula vinculante nº 08, bem como redução das multas e juros aplicados indevidamente. Neste exercício complementamos a provisão em R\$24.500.

Cíveis – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.

Outros – Constituição de provisão para futuras despesas no Consórcio Unamom.

NOTA 14 – Partes relacionadas

14.1. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado. Os saldos das principais operações estão assim demonstrados em 31/12/2018:

	Ativo		Passivo	
	Contas correntes		Contas correntes	
	Ativas		Passivas	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Companhias em Recuperação Judicial				
Inepar S/A-Indústria e Construções	201.995	201.995	-	-
lesa Projetos e Montagens S/A	10.487	-	-	203
	212.482	201.995	-	203

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – N° 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas correntes – abaixo a movimentação de mútuo com a empresa controladora e com as empresas ligadas. O saldo é exigível a qualquer tempo.

<u>Ativo</u>	<u>Saldo 31/12/2017</u>	<u>Adições (Baixas)</u>	<u>Saldo 31/12/2018</u>
Companhias em Recuperação Judicial			
Inepar S/A-Indústria e Construções	201.995	-	201.995
lesa Projébs e Montagens S/A	-	10.487	10.487
	<u>201.995</u>	<u>10.487</u>	<u>212.482</u>
Passivo			
lesa Projébs e Montagens S/A	203	(203)	-
	<u>203</u>	<u>(203)</u>	<u>-</u>

Nos saldos entre as empresas, os contratos preveem taxas de juros pela variação do IPCA, com exceção de saldos que compuseram as dívidas intragrupo na Recuperação Judicial, cujos valores não sofrem atualização conforme previsto no item 2.1.12 do Plano de Recuperação Judicial.

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

14.2. Remunerações do Pessoal da Administração

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas foram realizadas no período de 2018 os seguintes valores a título de remuneração dos administradores:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração de Diretores	60	67
	<u>60</u>	<u>67</u>

Nota 15 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$191.423, composto por 246.385.991 ações ordinárias e 66.034.745 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se, principalmente, à diferença entre o passivo baixado dos valores constantes do Plano de Recuperação Judicial e o valor justo das debêntures perpétuas emitidas pela Companhia controladora.

O lançamento classificado no Patrimônio Líquido está baseado em Parecer contábil emitido pelo Professor Eliseu Martins e está de acordo com as Normas Contábeis vigentes.

Nota 16 – Receita Operacional Bruta

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas de aluguel	-	2.329
(-) Impostos	-	(197)
Receita Operacional Líquida	<u>-</u>	<u>2.132</u>

As receitas de aluguéis foram reclassificadas neste exercício para a rubrica de outras receitas e despesas operacionais.

Nota 17 – Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para contingências	(27.931)	(33.275)
Baixa de imobilizado	(11.908)	(292)
Venda de imobilizado	9.147	593
Outras receitas e despesas operacionais	387	201
Despesas indedutíveis	(90)	(1.572)
	<u>(30.395)</u>	<u>(34.345)</u>

As receitas e custos de aluguéis nos exercícios anteriores estavam classificados na rubrica de receita operacional e custos de serviços.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – N° 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 18 – (Despesas) e receitas financeiras

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas Financeiras		
Juros s/ Impostos e Contribuições	(2.760)	(3.167)
Atualização de Mútuos Passivos	(1)	(33)
Total das despesas financeiras	<u>(2.761)</u>	<u>(3.200)</u>
Receitas Financeiras		
Outras Receitas Financeiras	18	7
Total das receitas financeiras	<u>18</u>	<u>7</u>
Total das despesas financeiras líquidas	<u>(2.743)</u>	<u>(3.193)</u>

Nota 19 – Cobertura de seguros (não auditada)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 20 – Informações por segmentos

As informações por segmento para atendimento ao CPC 22 estão sendo apresentadas na empresa controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, pois, conforme informações constantes na nota explicativa nº 01, desde o ano de 2004 as atividades operacionais foram concentradas na IESA.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – N° 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 21 – Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por ação	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas preferenciais	(7.746)	(8.702)
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(26.275)	(29.517)
	(34.020)	(38.219)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidades de ações preferenciais emitidas	66.035	66.035
Quantidades de ações ordinárias emitidas	246.386	246.386
Total	312.421	312.421
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	0,03281	0,13178
Ação Ordinária	0,02984	0,11980

Nota 22- Tratativas que poderão gerar eventos subsequentes

A Administração da Empresa está em fase de negociação com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- Alienação das ações da UPI IOG;
- Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- Alienação do imóvel situado no município de Macaé;
- Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores; e
- Instauração de arbitragem contra a Petrobras, pela coligada Iesa Óleo & Gás S/A, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

A Companhia está empenhada em curto prazo atender todas as exigências constantes do plano de recuperação judicial, visando solicitação para a saída da recuperação, podendo assim continuar com suas atividades normais.

Conforme Fato Relevante publicado pela Controladora em 19/07/2018, a empresa Geoterra submeteu ao Juiz da Recuperação Judicial seu interesse na compra dos ativos remanescente da UPI de Máquinas e Equipamentos, ofertando o valor de R\$370 milhões.

Em 29/10/2018, a controladora Inepar S/A Indústria e Construções comunicou aos acionistas que o aumento de capital homologado pelo Conselho de Administração no valor de R\$937.576,00, mediante a emissão de 13.237 novas ações ordinárias, em decorrência da conversão de 937.576 debêntures da 6ª emissão, conversíveis em ações da 1ª série emitidas na forma da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 25/11/2015 e do Instrumento Particular de Escritura de emissão celebrado em 28/12/2015. Cada debênture foi convertida, nos termos da escritura, à razão de R\$ 0,0141299865 ações ordinárias.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Atilano de Oms Sobrinho - Diretor Presidente
Jauneval de Oms - Diretor Administrativo-Financeiro
Irajá Galliano Andrade - Diretor de Relações com Investidores

CONTADOR: Jair Malpica - CPF-667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

DECLARAÇÃO

Inepar Equipamentos e Montagens S/A. – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob numero 02.258.422/0001-97, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, parte D, centro na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, paragrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 26 de junho de 2019.

Jauneval de Oms

Diretor Administrativo

Irajá Galliano Andrade

Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras.

DECLARAÇÃO

Inepar Equipamentos e Montagens S/A. – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob numero 02.258.422/0001-97, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11ª andar, parte D, centro na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, paragrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 26 de Junho de 2019.

Jauneval de Oms

Diretor Administrativo

Irajá Galliano Andrade

Diretor de Relações com Investidores